



1 **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CTIL-G - 05/05/2022**

2 No quinto dia do mês de maio de 2022, às 13h30min, o Comitê das Bacias Hidrográficas  
3 dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu início à 1ª  
4 Reunião Extraordinária da CTIL-G , não presencial, via plataforma de videoconferência  
5 (Teams), tendo como pauta os seguintes assuntos: **1 - Abertura; 2 - Continuidade do**  
6 **estudo sobre aplicação dos 70% em Saneamento; 3 - Continuidade da discussão**  
7 **sobre a PL nº 3699/2017 referente aos 50% dos recursos para as demais sub-**  
8 **basias do Paraíba do Sul; 4 - Análise e discussão sobre o Projeto de Lei (PL) no**  
9 **4.546/2021, que institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e está sendo**  
10 **chamado do Novo Marco Hídrico; 5- Encerramento.** A reunião se iniciou às  
11 13h30min. A coordenadora da CTIL-G, Mayná Coutinho (CEDAE-Saneamento),  
12 cumprimentou a todos e deu início à reunião solicitando leitura das regras e pauta.  
13 Fátima Rocha (AGEVAP) iniciou a leitura das regras e dos itens da pauta. Rodrigo  
14 Hosken (ABES-Rio) conduziu a reunião. **2 - Continuidade do estudo sobre aplicação**  
15 **dos 70% em Saneamento;** Fátima Rocha (AGEVAP) fez uma contextualização.  
16 Gilvoneick de Souza (Defensoria SocioAmbiental) sugeriu que apresentassem o mapa  
17 que aponta as áreas do Sanear Guandu e as de concessão para melhor compreensão  
18 dos que não estavam na última reunião. Luiz Constantino (INEA) lembrou que existe um  
19 novo projeto de lei tramitando na assembleia legislativa e que existe a chance de isso  
20 virar lei e alterar este percentual de repasse. Rodrigo Hosken (ABES-Rio) informou que  
21 essa Lei foi colocada em pauta. Uiara Martins (FONASC) perguntou qual a relação entre  
22 o item da pauta com a CTIL-G. Fátima Rocha (AGEVAP) explicou que o item fala da PL  
23 que faz algumas alterações de destinação de recursos e a diretoria estava  
24 acompanhando as PLs que afetariam de alguma forma a RHII, e que foi sugerido à  
25 CTIL-G que acompanhasse as PLs para que o Comitê faça as suas contribuições em  
26 tempo hábil para que a RH não seja prejudicada. Mayná Coutinho (CEDAE-  
27 Saneamento) retornou à reunião e assumiu a condução. Hendrik Mansur (TNC) lembrou  
28 que esta Câmara Técnica está acompanhando várias PLs mas algumas estão sendo  
29 prioridade e acredita que o Comitê Guandu tem condições de contribuir com a formação  
30 e modificação dessas PLs e sugeriu que o título do item da pauta fosse melhor  
31 formulado. Mayná Coutinho (CEDAE-Saneamento) explicou que a discussão é para  
32 pensar em como reorganizar e manter as atividades da Região Hidrográfica dada a nova  
33 realidade com as concessões. Rafael Venâncio (AGEVAP) iniciou a apresentação dos  
34 mapas das regiões de abrangência do Sanear Guandu. Mayna Coutinho (CEDAE-  
35 Saneamento) relembrou os questionamentos acerca dos recursos disponíveis para a  
36 manutenção do Sanear e como o Comitê pode atuar nas áreas que não estão incluídas  
37 nos cadernos de concessão. Uiara Martins (FONASC) perguntou se a apresentação já  
38 foi feita na CTSB e na Plenária, e se não, sugeriu que fosse. Gilvoneick de Souza  
39 (Defensoria SocioAmbiental) solicitou as datas dos dados do IBGE que constam na  
40 apresentação. Hendrik Mansur (TNC) reforçou que o item 1 é para acompanharem as



41 PLs que contemplam alterações no percentual na aplicação de recurso na área de  
42 saneamento, que a ideia é o Comitê discutir os percentuais que serão utilizados para  
43 saneamento e apresentar um mapeamento que conste onde esses percentuais poderão  
44 ser aplicados. Mayná Coutinho (CEDAE-Saneamento) concordou e disse que devem se  
45 atentar aos percentuais garantidos para os próximos anos para que isso não impacte  
46 na continuidade do Sanear. Hendrik Mansur (TNC) falou sobre buscarem saber os  
47 motivos das alterações dos percentuais e complementou a proposta de  
48 encaminhamento de Mayná Coutinho. Fátima Rocha (AGEVAP) realizou a chamada  
49 nominal para aprovação ou não do bloco dos encaminhamentos. Sabina Campagnani  
50 (FURNAS); Mayná Coutinho Morais (CEDAE); Hendrik Mansur (TNC), Antonio Izolani  
51 (Paracambi), Luiz Constantino (INEA) e Jonathas Acacio Ramos Gonçalves (Rio Claro)  
52 votaram sim, sendo o encaminhamento aprovado com 6 votos. **Encaminhamentos: 1**  
53 **- Levantamento das áreas incluídas no programa de concessões com recorte da RH-II;**  
54 **2 - Filtrar os PLs que estão relacionados às alterações do percentual destinado a coleta**  
55 **e tratamento de esgotamento sanitário. Com uma aba de percentual proposto e uma de**  
56 **justificativa da proposição e 3 - Elaborar um balanço financeiro do que precisamos ter**  
57 **em termos de perspectiva de arrecadação para manutenção do SANEAR Guandu e**  
58 **perspectivas de ampliação do programa. 3 - Continuidade da discussão sobre a PL**  
59 **nº 3699/2017 referente aos 50% dos recursos para as demais sub-bacias do**  
60 **Paraíba do Sul;** Mayná Coutinho (CEDAE-Saneamento) fez uma breve  
61 contextualização. Fátima Rocha (AGEVAP) informou que realizou um levantamento das  
62 reuniões do CEIVAP com o Guandu onde discutiram o aumento do valor do repasse  
63 para a transposição e iniciou apresentação do histórico dessas discussões a respeito  
64 do valor de repasse. Mayná Coutinho (CEDAE-Saneamento) esclareceu dúvidas da  
65 Uira Martins quanto à utilização dos recursos do CEIVAP. Hendrik Mansur (TNC)  
66 lembrou que o recurso não poderia ser arrecadado em um Estado e aplicado em outro,  
67 e sugeriu que esse percentual seja calculado proporcionalmente ao número de  
68 habitantes e apresentou dados numéricos encontrados no site para sua argumentação  
69 e disse que devem trabalhar com critérios justos. Sabina Campagnani (FURNAS)  
70 perguntou o que é a Comissão Permanente. Fátima Rocha (AGEVAP) esclareceu que  
71 é um grupo no âmbito do CEIVAP, com a participação do Guandu e de outros comitês  
72 para discussão sobre aumento da cobrança. Luiz Constantino (INEA) disse que o PL foi  
73 uma tentativa para tentar aumentar os recursos dentro da Lei, e que para o INEA a  
74 discussão deve acontecer entre os Comitês e que embora a colocação do Hendrik  
75 Mansur (TNC) seja válida, o critério utilizado para os percentuais são medidos através  
76 do volume de água que sai do Paraíba do Sul para o Guandu e disse que não cabe ao  
77 Comitê Guandu fiscalizar a utilização do recurso do CEIVAP, como Uira Martins  
78 (FONASC) havia colocado. Hendrik Mansur (TNC) fez considerações e disse que é  
79 necessário quebrar o pensamento de cobrança por volume de água, que é necessário  
80 mudar a concepção porque não cabe olhar a lei separadamente, que a questão hídrica



81 deve ser tratada como um todo, por isso seria interessante pensar o recurso de acordo  
82 com o número de habitantes. Gilvoneick de Souza (Defensoria SocioAmbiental) disse  
83 que quando se trata de recursos hídricos e transposição, o problema de um corpo  
84 hídrico interfere no outro, portanto há argumentos legais para que o aumento aconteça.  
85 Uiara Martins (FONASC) sugeriu a criação de Grupos de Trabalho para discutirem o  
86 que é discutido nos Comitês. Luiz Constantino (INEA) trouxe propostas de  
87 encaminhamento. Fátima Rocha (AGEVAP) iniciou a chamada nominal para a votação  
88 da aprovação ou não do encaminhamento 2. Sabina Campagnani (FURNAS), Mayná  
89 Coutinho (CEDAE-Saneamento), Marcelo Danilo (ANAGEA), Hendrik Mansur (TNC),  
90 Antonio Izolani (Paracambi), Luiz Constantino (INEA), Jonathas Gonçalves (Rio Claro)  
91 votaram sim, aprovando o encaminhamento com 7 votos. **Encaminhamentos: 1 -**  
92 Preparar uma argumentação em relação à PL, numa linha mais defensiva. **2- Preparar**  
93 uma defesa propositiva para apresentar caso surjam discussões de aumento no  
94 CEIVAP. Pensar, no futuro como estratégia, propor a inclusão do Guandu na  
95 composição do CEIVAP. Pois, parte da RH II pertence a Bacia do Rio Paraíba do Sul. **3**  
96 - Juntar todas as propostas e sugestões apresentadas nesta reunião num relatório para  
97 estudo e consenso na próxima reunião da CTIL-G. **4 - Análise e discussão sobre o**  
98 **Projeto de Lei (PL) no 4.546/2021, que institui a Política Nacional de Infraestrutura**  
99 **Hídrica e está sendo chamado do Novo Marco Hídrico;** Fátima Rocha (AGEVAP) fez  
100 uma contextualização sobre o item. Mayná Coutinho (CEDAE-Saneamento) fez  
101 complementações e disse que ainda está aberto para contribuições. Uiara Martins  
102 (FONASC) disse que o FONASC se coloca à disposição para a contribuição para o Novo  
103 Marco Hídrico. Hendrik Mansur (TNC) chamou atenção para o fato de que o órgão  
104 técnico do Comitê deve assessorar a Diretoria e esta não deve apoiar o manifesto, mas  
105 primeiro se posicionar para então decidir se apoia ou não, entendeu que o Comitê  
106 enquanto órgão técnico deve estar à frente das discussões e a diretoria tem que acionar  
107 a AGEVAP, solicitar um parecer técnico sobre o Marco Hídrico e trazer para que o  
108 Comitê analise e discuta. Fátima Rocha (AGEVAP) informou que esse PL está sendo  
109 discutido pela primeira vez. Gilvoneick de Souza (Defensoria SocioAmbiental) enviou e  
110 mencionou um material que poderá auxiliar na produção do documento de resposta à  
111 PL. Uiara Martins (FONASC) falou de um documento encaminhado em 05/08/21 como  
112 início da discussão do Marco Hídrico e disse que seria interessante resgatar esse  
113 documento e convidar os segmentos que estão na discussão para analisar como está o  
114 encaminhamento. Fátima Rocha (AGEVAP) fez a leitura das contribuições de Alberto  
115 de Barra do Piraí que solicita mais tempo para analisar o documento. Luiz Constantino  
116 (INEA) informou que o CERHI-RJ discutiu a criação de um GT para acompanhar os PLs.  
117 Fátima Rocha (AGEVAP) iniciou a chamada nominal para aprovação ou não dos  
118 encaminhamentos. Sabina Campagnani (FURNAS), Mayná Coutinho (CEDAE-  
119 Saneamento), Hendrik Mansur (TCN), Antonio Izolani (Paracambi), Luiz Constantino  
120 (INEA), Jonathas Acacio Ramos Gonçalves (Rio Claro) votaram sim, aprovando os



121 encaminhamentos com 6 votos. **Encaminhamentos:** Secretaria Executiva trazer uma  
122 nota técnica sobre o PL do Novo Marco Hídrico para o estudo da CTIL-G na próxima  
123 reunião. Juntar documentação e contribuições recebidas, pedido de moção do FONASC  
124 de 05/08, e um documento do fórum de SP, CBH do São Francisco, manifestações do  
125 CERHI-RJ, de SP, do OGA, dentre outras. 2- Convidar o OGA para fazer uma  
126 apresentação na CTIL-G sobre o relatório que elaboraram a respeito desta PL. A  
127 coordenadora, Mayná Coutinho (CEDAE-Saneamento), agradeceu a presença de todos  
128 e encerrou a reunião às 17h00min. Eu, Débora Uhlmann Ferreira (BUMERANGUE),  
129 tomo a termo esta ata que segue assinada por:

130

131

---

**Mayná Coutinho**  
Coordenadora

---

**Rodrigo Santos Hosken**  
Subcoordenador

132

133

134 **Membros presentes:**

135

136 Rinaldo José da Silva Rocha (LIGHT), Sabina Campagnani (FURNAS), Mayná Coutinho  
137 Moraes (CEDAE), Letícia Ferraço de Campos (Ternium), Marcelo Danilo da Silva  
138 Bogalhão (ANAGEA), Hendrik Lucchesi Mansur (TNC), Rodrigo Santos Hosken (ABES),  
139 Antônio Orlando Izolani (Paracambi), Luiz Constantino da Silva Junior (INEA) e  
140 Jonathas Acacio Ramos Gonçalves (Rio Claro).

141

142 **Membros Ausentes:**

143 Jaqueline Guerreiro Aguiar (OMA-Brasil), Mario Luiz Dias Amaro (Piraí),

144

145 **Convidados:**

146

147 Rafael Venâncio (AGEVAP), Fatima Rocha (AGEVAP), João Pantojo (AGEVAP)  
148 Amanda Resende (AGEVAP), André Victor (Assessoria Jurídica), Gilvoneick Souza  
149 (Defensoria Ambiental) e Uiara Martins (FONASC).